

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM: DESAFIOS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO ESPECTRO AUTISMO-TEA

Cléa Maria Machado de Alencar¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a compreensão das dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA, do ensino fundamental, visando ao processo inclusivo pela escolas privadas e públicas em Teresina-PI. O presente estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica do tipo descritiva e qualitativa. A abordagem da pesquisa, também, é de natureza quantitativa pela realização de pesquisa de campo. Ao método teórico destacam-se Batista, Enumo (2009); Bosa (2006); Carvalho, Nascimento (2015); Oliveira (2009); Serra (2010); entre outros, que contribuíram de forma, significativa, para o embasamento teórico desse estudo. Como resultados, destacou-se que os professores entrevistados acreditam na família como elemento primordial no processo de inclusão de alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA, como contribuição no processo de ensino e aprendizagem, pois muitas ainda omitem e negam o diagnóstico, negligenciam sua responsabilidade com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais atitude que interfere de forma significativa no referido processo. O estudo revelou que o fato de a escola receber os alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA não vai resolver o problema, há uma necessidade de se pensar estratégias de estruturação e qualificação da escola e dos profissionais que fazem parte dela, tendo como consequência, a inclusão e não a exclusão dos alunos.

Palavras Chave: Dificuldades de Aprendizagem, Transtorno Espectro Autista, Inclusão.

¹ Docente da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA e Doutoranda do Curso de Sociedade Tecnologia e Meio Ambiente da UniEvangélica do Goiás. E.mail:clealencar1@gmail.com

INTRODUÇÃO

Partindo-se da perspectiva de Lacerda (2006), em que a inclusão tende a apresentar-se como uma proposta adequada para o contexto escolar, que se mostra propensa ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido disponibilizadas pelo ambiente escolar.

Já Batista e Enumo (2004), pressupõem que a proposta de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais procura evitar ou diminuir os efeitos degradantes do isolamento social, proporcionando mecanismos para a interação entre as crianças, inclusive, como forma de abrandar formas de preconceito.

Desta forma, justifica-se o tema pela extrema importância frente à realidade da educação no Brasil, em que considera-se, fundamental, compreender como se dá o cotidiano nas escolas no contexto inclusivo.

Para efetivação do estudo, traçou-se a pergunta científica em quais as dificuldades de aprendizagem são enfrentadas pelos alunos do ensino fundamental, diante do Transtorno Espectro Autista – TEA, nas escolas privadas e da rede pública em Teresina-PI? Diante da pergunta em apreço, buscou-se mecanismos ou hipóteses que possibilitem soluções para o problema proposto, a partir das seguintes questões norteadoras: os aspectos estruturais das Escolas contribuem para a inserção dos alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA no processo de ensino e aprendizagem nas escolas privadas de Teresina? Que propostas metodológicas são praticadas na perspectiva de inclusão dos alunos com TEA no processo ensino aprendizagem? No tocante ao investimento de ações relacionadas à capacitação de profissionais especializados, como a escola percebe suas demandas inclusivas?

Na perspectiva de evidenciar e operacionalizar a finalidade do estudo estabeleceu-se como objetivo geral, compreender as dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelos alunos com Transtorno Espectro Autista-TEA, do ensino fundamental, visando ao processo inclusivo pela escolas privadas em Teresina-PI.

Para tal intento, traçou-se os objetivos específicos pautados em Identificar os aspectos que viabilizam a estrutura e o funcionamento das escolas privadas que disponibilizam o ensino para crianças com Transtorno Espectro Autista - TEA; verificar se os aspectos metodológicos das escolas atendem às necessi-

dades individuais dos alunos com TEA; e, avaliar se estes parâmetros influenciam no processo de ensino/aprendizagem dos alunos.

O presente estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica do tipo descritivo e qualitativo. A abordagem do tema foi realizada com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, e bancos de dados bibliográficos. Caracterizou-se, ainda, como pesquisa explicativa e de campo, em que buscou-se a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência do problema. A abordagem da pesquisa, também, é de natureza quantitativa visto que foi caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto ao tratamento delas por meio de métodos e técnicas estatísticos. Para tanto, definiu-se como objeto de estudos as escolas da rede pública e privada que recebem alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA em Teresina, no Estado do Piauí. O universo da pesquisa consistiu-se de escolas públicas e privadas que oferecem a proposta inclusiva. Dessa forma, utilizou-se uma amostra de 06 professores com idade entre 20 e 50 anos e entre 01 e 15 anos de carreira docente. Destes, 02 pertencem a rede privada e 04 a rede pública de ensino da cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

A coleta de dados ocorreu a partir de um questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador. O presente questionário foi elaborado através do Microsoft Forms, e encaminhado aos professores para que pudessem ser respondidos pelos mesmos. em que foi possível ver, facilmente, os resultados conforme os envios dos respondentes foi possível obter uma tabulação facilitada, tendo em vista que o mesmo fornece as respostas dos participantes em tempo real e em formato de gráfico. Os dados obtidos foram submetidos a análise, considerando que as respostas dos professores e responsáveis apontaram para quais as dificuldades da inserção de alunos com autismo no contexto escolar das Instituições de ensino de Teresina, Piauí.

Dentre os resultados esperados, destacou-se que os professores entrevistados acreditam na família como elemento primordial no processo de inclusão de alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA, como contribuição no processo de ensino e aprendizagem, pois muitas ainda omitem e negam o diagnóstico, negligenciam sua responsabilidade com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais atitude que interfere de forma significativa no referido processo.

Por fim, o estudo revelou que o fato de a escola receber os alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA não vai resolver o problema, há uma necessidade de se pensar estratégias de estruturação e qualificação da escola e dos profissionais que fazem parte dela, tendo como consequência, a inclusão e não a exclusão dos alunos.

Com relação a trabalhos futuros a pesquisa fornece uma gama de informações e dados que podem nortear e embasar estudos e que permitirão o desenvolvimento da visão da sociedade para os problemas de inclusão em Teresina e em diversas extensões.

METODOLOGIA

O presente estudo pautou-se em uma pesquisa bibliográfica do tipo descritivo e qualitativo. A abordagem do tema foi realizada com base em material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos, e bancos de dados bibliográficos.

Como método de pesquisa inicial foi utilizado pesquisa documental e revisão bibliográfica com consulta em leis, decretos, portarias, bem como em periódicos e literaturas relacionados ao tema proposto.

Trata-se de uma pesquisa explicativa e de campo. Segundo Gil (2008), estes tipos de pesquisas tem como objetivo básico a identificação dos fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência de um fenômeno. A pesquisa de campo busca um aprofundamento maior acerca da realidade. Além disso, tenta explicar a razão e as relações de causa e efeito dos fenômenos. O estudo é de natureza quantitativa visto que é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (Gil, 1999).

De acordo com Oliveira (2011) o estudo por amostragem se caracteriza de forma que a amostra é um subgrupo de uma população, constituído de n unidades de observação e que deve ter as mesmas características da população, selecionadas para participação no estudo. O estudo foi desenvolvido com uma amostra de 06 professores com idade entre 20 e 50 anos e entre 01 e 15 anos de carreira docente. Destes, 02 pertencem a rede privada e 04 a rede pública de ensino da cidade de Teresina, Capital do estado do Piauí.

A coleta de dados ocorreu a partir de um questionário com perguntas abertas e fechadas. Marconi & Lakatos (2017) definem o questionário estrutu-

rado como uma série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a presença do pesquisador. Este instrumento tem como principal vantagem atingir um número maior de pessoas sem o deslocamento, facilita a compilação dos resultados e garante o anonimato do interrogado. O presente questionário foi elaborado através do Microsoft Forms, neste pode-se criar pesquisas, testes e votações e ver facilmente os resultados conforme eles chegam. Após o questionário ser elaborado, o mesmo foi encaminhado aos professores para que pudessem ser respondidos pelos mesmos.

Através da utilização do Microsoft Forms para a elaboração do questionário de pesquisa, foi possível obter uma tabulação facilitada, tendo em vista que o mesmo fornece as respostas dos participantes em tempo real e em formato de gráfico de dados.

Bardin (1977) conceitua análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das referidas mensagens.

Dessa forma, os dados obtidos através dos questionários foram submetidos a análise, considerando que as respostas dos professores e responsáveis apontaram para quais as dificuldades da inserção de alunos com autismo no contexto escolar das Instituições de ensino de Teresina, Piauí.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE TRANSTORNOS DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

A constituição Federal brasileira, artigo 205, determina que a educação como é um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino.

O ambiente escolar possibilita o contato social, o desenvolvimento e a aprendizagem não só da criança com TEA como o das demais crianças na medida que possibilita a convivência com a diferença, com a diversidade (Pinheiro, 2017).

Nesta mesma perspectiva Bosa (2009) aponta que proporcionar às crianças com autismo oportunidades de conviver com outras da mesma faixa etária

possibilita o estímulo às suas capacidades interativas, impedindo o isolamento contínuo.

O Transtorno Autista é uma condição classificada no DSM-5 como pertencente à categoria denominada Transtornos de Neurodesenvolvimento, recebendo o nome de Transtornos do Espectro Autista (TEA). Assim, o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico, que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões sócios comunicativos e comportamentais (APA, 2013).

Em outras palavras, o termo autismo é utilizado como um sinónimo de perturbações do espectro do autismo (TEA) refere-se a uma disfunção neurológica, que clinicamente se manifesta por atraso ou desvio nas aquisições do neurodesenvolvimento e por alterações do comportamento. a disfunção neurológica que está subjacente ao autismo invade a progressão de todo o neurodesenvolvimento, podendo o quadro clínico inicial mimetizar um atraso psicomotor global. As manifestações clínicas são muitas vezes muito precoces, sendo notórias na grande maioria dos casos antes dos dois anos de idade (Oliveira, 2009).

Um grande número de crianças, mais precisamente no Brasil, ainda continuam por muitos anos com diagnósticos inadequados ou sem um diagnóstico algum. apesar de ter ocorrido grandes avanços nessas últimas décadas em relação à identificação precoce e ao diagnóstico de autismo (TEA) (Silva; Mulick, 2009).

Os critérios atualmente utilizados para diagnosticar autismo são descritos no Manual Estatístico e Diagnóstico da Associação Americana de Psiquiatria, o DSM.

As principais dificuldades que crianças com autismo apresentam são problemas comportamentais, muitas vezes bastante rigorosos, hiperatividade, dificuldade de prestar e/ou manter atenção, atenção hiperseletiva (tendência a prestar mais atenção nas partes/ detalhes do que no todo) e impulsividade, comportamentos autodestrutivos, perturbadores e destrutivos (Silva; Mulick, 2009).

O primeiro estudo epidemiológico sobre o autismo foi realizado em 1966 por Victor Lotter. Nesse estudo, ele relatou um índice de prevalência de 4,5 em 10.000 crianças em toda a população de crianças de 8 a 10 anos de Middlesex, um condado ao noroeste de Londres. Desde essa época, mais de 20 estudos epidemiológicos na área foram apresentados na literatura e milhões de crianças foram pesquisadas pelo mundo todo (Klin, 2006).

Ainda segundo Klin, (2006) um dos mais fabulosos fenômenos cognitivos no autismo é a presença das denominadas “ilhas de habilidades especiais” ou splinter skills, i.e. habilidades preservadas ou altamente desenvolvidas em certas áreas que contrastam com os déficits gerais de funcionamento da criança.

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO ESCOLAR

O ambiente escolar se constitui como um mecanismo fundamental para o desenvolvimento de experiências sociais das crianças com TEA, favorecendo as relações interpessoais e o desenvolvimento de novos comportamentos e habilidades. Neste sentido, Nunes et. al (2013), destaca que a educação especial vem sendo discutida no Brasil a partir da declaração universal dos direitos humanos, em 1948. Mas, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional propor que as pessoas com deficiência deveriam ser inseridas, preferencialmente, no ensino regular, foi apenas a partir da Constituição de 1988 e sob a influência da Declaração de Jomtien (1990) e da Declaração de Salamanca (1994), que, em nosso país, começou a ser discutida a universalização da Educação, e a ser implementada nas escolas regulares uma política de Educação Inclusiva, culminando com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

A educação de uma criança portadora de autismo representa, sem dúvida, um desafio para todos os profissionais da Educação. A singularidade e a insuficiência de conhecimento sobre a síndrome nos faz percorrer caminhos ainda desconhecidos e incertos sobre a melhor forma de educar essas crianças e sobre o que podemos esperar de nossas intervenções. (Serra; Nunes, 2004)

No contexto educacional, de acordo com Serra, (2010) mesmo compreendendo o autismo a partir das correntes psicológicas ou psiquiátricas, a educação pode e deve ser usada como técnica importante no fortalecimento de vínculos e vivências. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2013), destaca a igualdade e o direito à educação para todo cidadão.

No entanto, aprender como interagir com crianças da mesma idade é uma tarefa difícil para crianças autistas, apesar de ser garantido o direito à educação pela LDB (1996) a estes discentes. Em consonância com este assunto, deve ser elencado a existência de alguns estudos que planejaram intervenções utilizando técnicas de encorajamento constantes por parte dos professores e até interven-

ções mais livres em grupos que envolvem crianças com desenvolvimento típico (Bosa, 2006).

A inclusão de estudantes com deficiências no ensino regular promove um ambiente rico pela diversidade social e facilitador do desenvolvimento de todas as crianças. Se a interação social entre as crianças é indispensável para promover o desenvolvimento, cabem à escola viabilizar as possibilidades de experiências socializadoras, permitindo às crianças desenvolverem processos psicológicos superiores. Estas relações criam um ambiente pautado pela valorização da diversidade, procurando se adequar às necessidades de todos os estudantes. (Mattos; Nuemberg, 2011)

Nogueira (2009) afirma que as crianças autistas, apesar de demonstrarem tendências a evitar contatos visuais com outros parceiros, demonstram ser possível o seu estabelecimento, mesmo que de forma breve.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) determina que os alunos com TEA, assim como aqueles com deficiência e altas habilidades/superdotação, devem estar incluídos na rede regular de ensino, recebendo Atendimento Educacional Especializado (AEE) no contra turno.

Em contrapartida, Suplino (2009), elenca que imaginar que para incluir basta romper com as ideologias que marcaram a relação da escola com seus alunos excluídos e assim transformar práticas excludentes em práticas que propiciem a integração, parece simples. Entretanto, o processo mostra-se um tanto mais complexo porque implica na desconstrução do vínculo já estabelecido entre a escola e o aluno conforme o conhecemos.

Nesta perspectiva, Carvalho e Nascimento (2015) em um estudo realizado também na cidade de Teresina - PI apontam que durante muito tempo foi utilizada por várias escolas, a desculpa de que para atender o público de crianças com autismo, teriam que adaptar-se fisicamente e metodologicamente, o que lhes causariam grandes custos e, por consequência, o aumento da mensalidade, todavia com a lei em vigor que obriga a inclusão de crianças autistas e com qualquer tipo de necessidade especial, tem possibilitado aos pais a esperança de assegurar a seus filhos um ensino de qualidade e o convívio com outras crianças, como deveria ter ocorrido desde sempre.

INCLUSÃO DOS ALUNOS COM TEA (AUTISMO) NO ENSINO FUNDAMENTAL

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) no Art. 32 é garantido a qualquer cidadão o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, bem como tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

No que se refere à Educação Especial, o Art. 58 e 59 onde entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. A oferta de educação especial é dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. É garantido a esses alunos com necessidades especiais, pelos sistemas de ensino currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, além de professores com especialização adequada em nível médio ou superior. A educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade dos educandos também é assegurado. (BRASIL, 2013)

Nesta proposta de Educação Inclusiva todos os alunos têm oportunidade de ingressar no Ensino Regular. Porém, apesar de existirem as leis que fundamentam essa inclusão dos alunos com TEA e outras necessidades específicas de ensino ainda há muitas instituições de ensino que apenas inserem os alunos nas turmas sem se preocupar com o desenvolvimento real das competências e habilidades destes educandos. Como enfatiza Oliveira e Paula (2012), a escolarização para essas crianças é indispensável, porém quando não há ambiente

apropriado e condições adequadas à inclusão, a possibilidade de ganhos no desenvolvimento cede lugar ao prejuízo. é importante considerar a particularidade e a especificidade de cada aluno com TEA antes de inserí-los nas escolas regulares apenas para cumprir uma determinação legal.

Gomes e Mendes (2010) destacam que enquanto instituição social, a escola precisa reconhecer esse transtorno, considerando a relevância em se trabalhar de forma concreta o processo de Inclusão nesse espaço e permitir o desenvolvimento integral desses alunos.

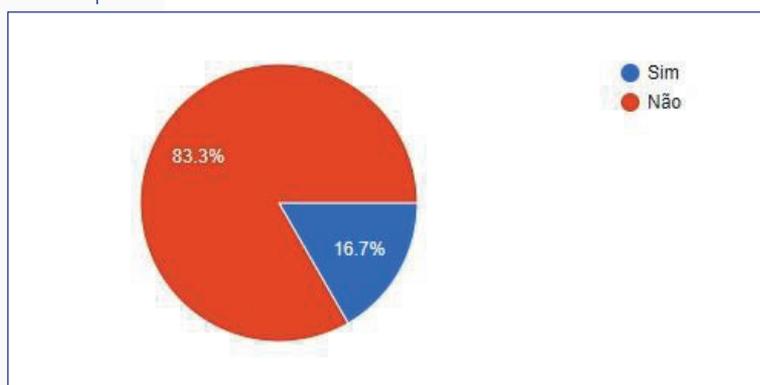
Já para Salomão, et. al.(2016), a inclusão escolar de alunos com TEA é entendida como uma prática que envolve atenção personalizada e respeito às características individuais de cada educando, oferecendo-lhe oportunidades para o seu desenvolvimento integral.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Utilizando-se de uma abordagem de pesquisa quantitativa, os resultados obtidos foram considerados preocupantes. Os professores que participaram do estudo possuem entre 20 e 50 anos de idade e entre 01 e 15 anos de carreira docente. Todos estes profissionais lecionam em Instituições de ensino (IES) que recebem alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA.

Quando perguntado se no ato da matrícula, a escola solicita o diagnóstico do aluno com TEA, para um melhor desempenho do trabalho inclusivo, 04 (66,7%) dos professores responderam que “sim”.

Gráfico 01: Estrutura que atenda às necessidades de alunos com TEA nas Escolas.



Fonte: Alencar/2023

Os sujeitos pesquisados, quando questionados se a escola dispõe de uma estrutura que atenda às necessidades de alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA (Ex: sala de Atendimento Especializado - AEE), 05 professores (83,3%) responderam que “não”; já 16,7% dos pesquisados, responderam que existe algum tipo de estrutura.

Esta estimativa reforça a hipótese de que as escolas embora recebendo os alunos, não se preocupam em se adequar para que o processo inclusivo ocorra de forma positiva. Em consonância com as novas perspectivas nas unidades escolares, estas têm como principal tarefa a construção desses espaços para a participação de todos os segmentos envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de ensino garantindo a execução e avaliação de todo o processo pedagógico (Capellini, 2004). No que diz respeito à Legislação, estas vão contra o Decreto N° 6.571/08 que afirma que as escolas precisam dispor sobre o atendimento educacional especializado - AEE. (BRASIL, 2011).

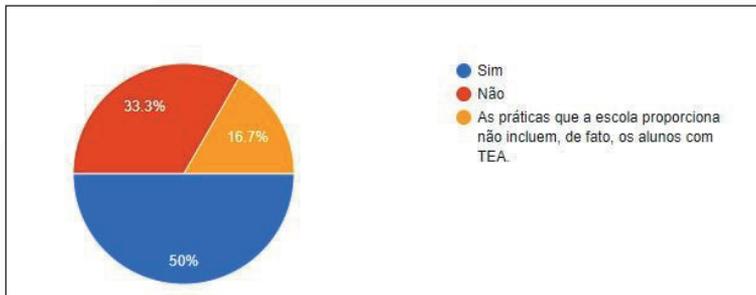
No que se refere à formação continuada dos professores que estão atuando com alunos com TEA, 04 dos professores (66,7%) afirmam não receber qualquer orientação ou especialização para atuarem em salas de aula que possuem discentes com autismo. Para tanto, Togashi e Walter (2016), afirmam que Indivíduos que apresentam o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) possuem significativas dificuldades na linguagem e, conseqüentemente na comunicação.

Vale ressaltar que as complicações nas intenções comunicativas também podem contribuir para dificultar o processo de interação e relação social. Desta forma, fica evidente a importância de os professores se capacitarem para que ocorra comunicação e interação de maneira que desenvolvam o processo de ensino e aprendizagem com estes discentes.

Para Schirmer et al. (2011) apud Togashi e Walter (2016), o professor deve continuar se informando e buscar, cada vez mais, formar-se na diversidade do conhecimento. Um professor bem informado, atualizado, que busca novas formas de atuação pedagógica, conhecimentos diversificados e que acredita no potencial de seus alunos alcançará sucesso e satisfação profissional.

No tocante às práticas inclusivas proporcionadas nas escolas, quando perguntado aos docentes se as mesmas proporcionam práticas pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento e inclusão escolar dos alunos, dos pesquisados, 03 dos professores (50%) afirmam existir; já 2 (33,3%) afirmam que “não”; e, 1 (16,7%) relatam que as práticas que a escola proporciona não incluem, de fato, os alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA..

Gráfico 02: Práticas Inclusivas que a Escola proporciona.



Fonte: Alencar/2023

Posteriormente, foi questionado aos docentes se estes observavam um desenvolvimento melhor das competências e habilidades dos alunos com TEA através dessas práticas, e as respostas foram equiparadas, onde 3 (50%) disseram que “sim” e 3 (50%) disseram “não” observar desenvolvimento algum. Diante desses resultados podemos observar que mesmo que em apenas 50% das observações dos professores sejam positivas existe uma enorme importância se trabalhar para desenvolver as competências e habilidades destes alunos. Os alunos autistas respondem bem aos sistemas organizados, cabe ao professor organizar a sala de aula para que consiga de forma efetiva ensinar os alunos autistas. (SILVA, ET. AL., 2009)

Todos os professores afirmaram que existem momentos de socialização com outros alunos voltados para o benefício autista nas escolas. 4 (66,7%) afirmaram que esses momentos de socialização tem ajudado no processo de desenvolvimento da comunicação e interação com os colegas e equipe escolar e 2 (33,3%) afirmam não ajudar de forma alguma. Tendo em vista os aspectos abordados, entende-se que as áreas de interação social, comunicação e comportamento se articulam intimamente no desenvolvimento humano desde a mais tenra idade.

Considerando que os indivíduos com autismo apresentam prejuízos nessas áreas, cabe aos profissionais, que com eles trabalham, utilizarem estratégias que contemplem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se efetivem. (LEMOS, ET. AL., 2014)

Com relação à equipe escolar, lhes foi questionado se eles observavam interesse por parte dos colegas professores e diretores na inclusão do aluno com TEA nas atividades escolares, 3 (50%) afirmaram que “sim”, 2 (33,3%) disseram que “não” e 1 professor (16,7%) relatam que o interesse parte somente

dos profissionais acompanhantes. Muitas vezes esse baixo interesse e comprometimento dos profissionais da escola se deve a falta de capacitação, que lhes deixam a parte da importância da inclusão destes alunos no âmbito escolar, além da má qualidade de remuneração, que é um problema que infelizmente assola a maior parte das escolas brasileiras.

Por último, foi solicitado aos participantes que elencassem 03 principais dificuldades na inclusão dos alunos com TEA no âmbito escolar e as respostas foram dispostas no quadro a seguir:

Quadro 01: Dificuldades na inclusão de alunos com TEA no âmbito escolar

Professor 01	<i>"Falta de reciclagem com novos métodos de ensino Um profissional mais técnico para dificuldades pontuais(psicopedagoga) Dificuldade de diálogo e apoio dos pais."</i>
Professor 02	<i>"Falta de investimento, falta de profissionais qualificados, falta de estrutura"</i>
Professor 03	<i>"Colegas de classe, a família por conta da assiduidade"</i>
Professor 04	<i>"Estrutura, profissionais especializados, atividades especializadas."</i>
Professor 05	<i>"Primeira dificuldade parte inicialmente da família que muitas vezes ainda esconde ou não aceita e só por meios das observações, relatórios e com equipe escolar decide ajudar, então começa acompanhamento como ir aos profissionais como neurologista psicopedagogo, enfim para que a escola possa juntamente com a família obter êxitos satisfatórios no processo ensino aprendizagem desse aluno com TEA. Recursos tanto no ambiente de trabalho como no ambiente familiar desses alunos a fim de edificar ainda mais a socialização e conhecimento dos mesmos. Mais metodologias ativas que possibilitem uma maior mobilização de todos na busca e prática eficaz, na transformação do ambiente e das pessoas na inclusão de fato."</i>
Professor 06	<i>*Não apresentou resposta.</i>

Fonte: Alencar/2023

Percebeu-se que os professores entrevistados acreditam na família como elemento primordial no processo de inclusão de alunos com autismo no processo de ensino e aprendizagem pois muitas ainda omitem e negam o diagnóstico, negligenciam sua responsabilidade com a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais atitude que interfere de forma significativa no referido processo. Fundamentando este pensamento, Pinheiro (2017) elenca que os pais que têm um estilo negligente têm comportamento caracterizados por baixo controle e responsabilidades, não são afetivos nem exigentes, tendendo a manter os filhos à distância e respondendo somente às suas necessidades básicas. Pais negligentes não supervisionam e não apoiam as crianças.

Para Hudson (2016), as dificuldades específicas de aprendizagem que melhor se adequam para se trabalhar com alunos com TEA, é a adoção de clareza e objetivo no seu discurso e nas instruções. Lembrar-se sempre que esses alunos não captarão informações implícitas nem adivinham quais são as expectativas almejadas. Além disso, ele salienta que o professor mantenha ordem e rotina na sala de aula, bem como ter um início formal e começar sempre do mesmo jeito suas aulas, e se possível permitir que o aluno sente sempre no mesmo lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados obtidos através deste estudo pode-se observar que há muitos aspectos considerados importantes no processo de inclusão e que muitos deles são considerados precários.

A família, foi destacada pelos participantes como base neste processo pois é através desta base que se consolida todo o processo cognitivo dos alunos desde a busca pelo diagnóstico ao tratamento adequado. Mas estes profissionais ainda destacaram fortemente a falta de investimentos e profissionais qualificados como uma das principais dificuldades no processo de inclusão escolar nas Instituições de Ensino de Teresina, Piauí.

Deste modo, faz-se necessário que os profissionais estejam preparados para dar apoio psicopedagógico aos docentes e de serem eles, juntamente, com os pedagogos e os docentes, os profissionais que podem construir novos cenários educativos para crianças com necessidades educativas especiais dentro das escolas.

Portanto, ressalta-se a importância de estudos como este, voltados para a inclusão, não só de autistas bem como de todos os discentes que necessitam de um atendimento especializado com para práticas de ensino e aprendizagem que possibilitem o pleno desenvolvimento destes alunos.

Além disso, o estudo revelou que o fato de a escola receber os alunos com Transtorno Espectro Autista – TEA não vai resolver o problema, há a necessidade de se pensar estratégias de estruturação e qualificação da escola e dos profissionais que fazem parte dela tendo como consequência a inclusão e não exclusão dos alunos com TEA.

Com relação a possíveis trabalhos futuros a pesquisa fornece uma gama de informações e dados que podem nortear e embasar estudos e que permitirão

o desenvolvimento da visão da sociedade para os problemas de inclusão em Teresina e em diversas extensões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, M. W; ENUMO, S. R. F. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Revista Scielo.UFPE**, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386>> Acesso em: 02 maio 2023.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Revista Brasileira Psiquiatria**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v28s1/a07v28s1.pdf>> Acesso em: 16 abril 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, 2013 Disponível em: <<portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/...diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>> Acesso em: 22 mai.. 2023.

CARVALHO, B. S. S; NASCIMENTO, L. F. O autista e sua inclusão nas escolas particulares da cidade de Teresina – PI. **Revista Educação Especial**, Santa Maria v. 28, n. 53 p. 677-690. 2015 Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/17327/pdf>> Acesso em: 10 abril, 2023.

CAPPELINI, V.L.M.F. Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental. – São Carlos: UFCAR, 2005. 300P. **Tese (Doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, 2004**. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2921/TeseVLMFC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso: 28/04/2023.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. ed. 6, editora atlas. São Paulo, 2008.

KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. **Rev Brasileira de Psiquiatria**. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v28s1/a02v28s1.pdf>> Acesso em: 22 mai. 2023.

GOMES, C. G. S; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com Autismo na Rede Municipal de ensino de Belo Horizonte **Rev. Bras. Ed. Esp. Marília**, v.16,

n.3, p.375-396, Set.-Dez., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/MLYDnyY5DbKb3mpC8NCKtwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 20/09/2023.

LACERDA, C. B. F. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v26n69/a04v26669.pdf> Acesso em: 12 maio 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MATTOS, L. K; NUEMBERG, A. H. Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnóstico de autismo na educação infantil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 24, n. 39, p. 129-142, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989/1720> Acesso em: 10 abril 2023

NUNES, D. R. P; AZEVEDO, M.Q.O; SCHMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v.26, n. 47, p. 557-572, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/10178/pdf> Acesso em: 18 abril 2023.

OLIVEIRA, G. Autismo: diagnóstico e orientação Parte I - Vigilância, rastreio e orientação nos cuidados primários de saúde. **Acta Pediátrica Portuguesa**. 2009;40(6):278-87. Disponível em: <https://www.cpjcoimbra.com/wp-content/uploads/2017/03/Autismo.pdf> Acesso em: 22 mai. 2023.

PINHEIRO, M.A. **A Família e a inclusão escolar: fatores que influenciam a responsabilidade da família no processo de inclusão escolar**. 2017. Tese de Mestrado pela Universidad Autónoma de Asunción. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/672/554>. Acesso: 18/11/2023.

SALOMÃO, M. R. et. al. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas Fractal: **Revista de Psicologia**, v. 28, n. 3, p. 351-361, set.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qc5nWBRr7JCCmHTNb3X-QShv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 04/05/2023.

SERRA, D.C. G. **A inclusão de uma criança com autismo na escola regular: desafios e processos**. UFRJ. 2004. Disponível em: <http://www.proped.pro.br/>

[teses/teses_pdf/Dayse_Carla_Genero_Serra-ME.pdf](#)> Acesso em: 22 mai. 2023.

SERRA, D. Sobre a inclusão de alunos com autismo na escola regular. Quando o campo é quem escolhe a teoria. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v. 1 n. 2, p. 163-176. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/66/65>> Acesso em: 20 Abril. 2023.

SILVEIRA, D. T.; CÔRDOVA, F. P. **Metodologia de pesquisa**. Unidade II. 2009. Disponível em: <http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09520520042012Pratica_de_Pesquisa_I_Aula_2.pdf> Acesso em 10 /12/ 2023.

TOGASHI, C. M; WALTER, C. C.F. As Contribuições do Uso da Comunicação Alternativa no Processo de Inclusão Escolar de um Aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v. 22, n. 3, p. 351-366, Jul.-Set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/tZTpdk6vY9sNgZvSwkvrzc-n/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 28/10/2023.